

DAS RUÍNAS DO IMPÉRIO RUSSO À UNIÃO SOVIÉTICA: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA

FROM THE RUINS OF THE RUSSIAN EMPIRE TO THE SOVIET UNION: AN
ANALYSIS OF THE CHANGES IN THE FOREIGN POLICY

*Anna Ivanoff**

Resumo: Ao analisar a política externa de um país faz-se necessário observar não só seu comportamento em relação a outros países, mas também a conjuntura interna. O contexto histórico em que o país está inserido reflete também em suas ações internas e externas, tornando mais fácil analisar comparativamente dois momentos de política externa. A transição do Império Russo para o estabelecimento da União Soviética foi turbulenta, e o contexto histórico envolvendo a Primeira Grande Guerra foi essencial para que tal mudança fosse possível. Neste artigo expositivo será feita uma breve análise da conjuntura de política externa do território russo/soviético, desde 1870 ao fim do Império Russo, chegando ao estabelecimento da União Soviética consequente da Revolução Russa, delineando os principais pontos dessa transição.

Palavras-chave: Império Russo; Revolução Russa; Política Externa.

Abstract: When analyzing a country's foreign policy it is necessary not only to observe its behaviour in relation to other countries, but also its internal situation. The historical context in which the country is inserted also reflects in its internal and external actions, making it easier to comparatively analyze two moments of foreign policy. The transition of the Russian Empire to the establishment of the Soviet Union was turbulent, and the historical context involving the First Great War was essential to make these changes possible. In this expository article will be made a brief analysis of the foreign policy's conjuncture of the russian/soviet territory, since 1870 to the Russian Empire, getting to the establishment of the Soviet Union consequent of the Russian Revolution, outlining the main points of this transition.

Keywords: Russian Empire; Russian Revolution; Foreign Policy.

* Graduanda em relações internacionais pela Universidade Federal Fluminense; annaivanoff@id.uff.br

Introdução

A política externa de um país depende de variados fatores de ordem externa e interna. Ao analisar as diretrizes de um país frente ao Sistema Internacional, seja de maneira bilateral ou multilateral, é impossível ignorar a conjuntura histórica em que as ações se inserem. Assim, é possível afirmar que:

Múltiplos fatores moldam a política externa. Alguns são internos, tais como o governo e as elites políticas, a cultura, economia, geografia e demografia de um país. Outros são externos, tais como ameaças estrangeiras, vácuos políticos, e mudanças na balança de poder. Esses diferentes fatores estão sempre mudando em substância e peso, tornando assim impossível encontrar uma fórmula ou modelo para explicar ou prever a política externa. Em resumo, a política externa, como toda política, é dinâmica. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.3, tradução minha).

Um dos marcos do século XIX foi a Revolução Industrial e sua expansão na Europa. Os países do continente europeu ampliavam-se cada vez mais e acumulavam capital, aumentando suas respectivas zonas de influência e ganhando poder substancialmente à medida que cresciam economicamente. Além disso, o estabelecimento de Estados nacionais corroborou para que surgisse um fenômeno muito importante à história, e também ao contexto de derrocada do Império Russo: o Imperialismo. Foi um fenômeno fortemente ligado aos interesses econômicos dos países que buscavam expandir-se:

A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo. Não implica a pilhagem temporária nem a assimilação duradoura, características da conquista. Parecia um conceito inteiramente novo na longa história do pensamento e ação políticos, embora na realidade não fosse um conceito político, mas econômico, já que a expansão visa ao permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais, alvos supremos do século XIX. (ARENDETT, 1967, p.122)

As políticas interna e externa da Rússia tsarista

A política externa russa, em uma lógica histórica de construção do Império Russo até seu colapso, é delineada a partir de 1462, com Ivan III (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.19). O avanço da expansão russa ganhou mais força em alguns períodos específicos: o início da conquista da Sibéria com Ivan, o Terrível; a anexação da parte oriental da Ucrânia com Mikhail Romanov I; a transformação do Império Russo em uma potência relevante no Sistema Internacional e a tentativa de ocidentalização da Rússia com Pedro, o Grande; e a anexação da Lituânia, Ucrânia Ocidental e Belarus com Catarina, a Grande. Tais ações colocaram os russos no mesmo nível das potências do continente europeu. É importante ressaltar a importância da passagem do Mar Negro para o Mediterrâneo, que foi disputada com os turcos ao longo da história e que foi uma das pautas da política externa russa durante muito tempo.

A partir do século XIX, com a expansão massiva da Revolução Industrial, o Império Russo voltaria a ficar para trás em relação ao resto da Europa. Enquanto seus vizinhos e principais potências avançavam em termos de tecnologia, modelos de governo e economia, a *intelligentsia* russa discutia mudanças internas que deveriam ser feitas, dividindo-se em dois grupos principais: os que acreditavam que a Rússia deveria imitar o Ocidente, e os que acreditavam que a Rússia deveria buscar suas raízes eslavas, submetendo-se ao catolicismo ortodoxo e às verdadeiras tradições russas. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.24).

Um acontecimento importante deu-se no governo de Alexander II, que após o fracasso na Guerra da Criméia em 1856, resultando no Tratado de Paris (acordo que basicamente retirava o direito russo de ter bases militares no Mar Negro e devolvia territórios ao Império Otomano), instaurou algumas reformas em 1861 no sentido de acalmar o debate que fazia com que surgissem ideias radicais de ambos os grupos. Foram feitas reformas financeiras, educacionais, judiciais e administrativas, além de uma redução na censura; também nessa época aconteceu a expansão ferroviária e industrial em um ritmo acelerado, com financiamento estatal, e os servos foram emancipados (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.24). O governo tsarista continuou rígido e sem participação popular, e algumas campanhas militares foram estabelecidas na fronteira asiática do território russo com a justificativa de defesa, fatos que alimentaram a discórdia dentro do Império entre os movimentos que buscavam delinear um pensamento dominante. De fato, os russos conseguiram garantir uma quantidade significativa de territórios na época, como demonstrado na Figura 1. O tsar iniciou a busca por retomar o status de grande potência no Sistema Internacional, ao mesmo tempo em que tentava manter a ordem interna.



Figura 1 - A expansão da Rússia Fonte: KORYAKOV, Yuri. Growth of Russia, 1613-1914. Trabalho próprio, publicação online.¹

1 KORYAKOV, Yuri. GROWTH OF RUSSIA 1613–1914. Disponível em: <<https://commons.wiki->

Nos anos 70 do século XIX, as tensões com a Turquia e os Balcãs foram retomadas. Como já explicitado anteriormente, a questão do Mar Negro era de suma importância para os russos, e quando o tsar viu uma oportunidade de rever o Tratado de Paris, o fez. Assim sendo, foi reconhecido o direito da Rússia manter forças navais no Mar Negro junto à Turquia. O discurso pan-eslavista ganhava cada vez mais força, especialmente devido a conflitos com os turcos na Bulgária, Bósnia-Herzegovina e Sérvia. A Rússia assumiu um papel de defensor dos eslavos, unindo essa representação a uma imagem de um Império Católico Ortodoxo, ou seja, transferiu o discurso pan-eslavista para sua política externa. Em 1877, a Rússia declarou guerra à Turquia, por consequência da aliança com os países bálticos que estavam em conflito com os turcos, e em 1878 assinou o Tratado de Santo Estêvão, selando a paz entre os países envolvidos no conflito. O Tratado incomodou outras potências europeias, fazendo com que alguns termos fossem modificados. De qualquer maneira, Sérvia e Montenegro, Romênia e Bulgária foram declaradas independentes, cada país com suas devidas condições e divisão de territórios.

A Rússia, então, passou a ser vista com outros olhos pelas potências europeias, especialmente pela Alemanha. Após a Guerra Franco-Prussiana, que durou até 1871, o Império Alemão estava consolidando-se e buscava não ficar isolado. A oportunidade de constituir uma aliança com o Império Russo surge, evitando que possíveis inimigos (incluindo a França) se aliassem à Rússia antes. Sabendo dos interesses russos no Mar Negro, Bismarck aproveita-se desse fato para consolidar a aliança com o Império Russo junto ao Império Austro-Húngaro (Liga dos Três Imperadores): declarar-se-ia guerra à Turquia caso os turcos violassem o direito russo no Mar Negro. No entanto, o Tratado secreto entre os três países durou apenas até 1887, pois o tsar não estava contente com a política austríaca nos Balcãs. Isso deu abertura para a Alemanha propor à Rússia um novo tratado secreto (Tratado de Resseguro), garantindo a neutralidade caso uma das potências se envolvesse em uma guerra, a não ser que fosse a Alemanha contra a França, ou a Rússia contra a Áustria-Hungria, além de fortalecer outros interesses regionais russos (inclusive, mantendo sua proposta inicial de colaborar com a manutenção da entrada ao Mar Negro). No entanto, com a ascensão de Guilherme II ao poder na Alemanha, o Tratado não foi renovado com os russos, consequentemente levando ao fim do isolamento francês com a aliança franco-russa, iniciada em 1891 e consolidada no final de 1893.

Uma convenção militar secreta foi estabelecida entre França e Rússia, garantindo apoio russo caso ocorresse um ataque à França pela Alemanha ou pela Itália (apoiada pela Alemanha), e o apoio francês caso ocorresse um ataque à Rússia pela Alemanha ou pela Áustria (apoiada pela Alemanha). Além disso, ambos se mobilizariam caso a Tríplice Aliança (Itália, Alemanha e Áustria) ou qualquer um de seus membros se mobilizassem. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.27) É importante lembrar que o território russo estendia-se, então, de leste a oeste, fazendo fronteira com diversos países, ou seja, era preciso ter uma estratégia de proteção de fronteira, mobilidade interna etc, e a extensão territorial aliada ao atraso do desenvolvimento russo tornava-se um entrave nessa questão.

media.org/wiki/File:Growth_of_Russia_1613-1914.png. Acesso em: 19 maio 2017.

Uma figura importante à diplomacia russa atuava na época: o Conde Sergei Witte, ministro das finanças. Foi decidido, em 1891, que seria construída uma malha ferroviária de Moscou a Vladivostok, mas ainda não cobria suficientemente os interesses comerciais e estratégicos russos, conquistar algum porto na região asiática (na Coréia ou na Península de Liaotung) mostrava-se necessário aos russos. Os japoneses, ao perceberem as intenções russas na região, temem perder espaço no mercado chinês, e em 1894 declaram guerra à China, tomando algumas ilhas e a Península de Liaotung. Isso feriu diretamente os interesses da Rússia, que solicitaram ajuda da Alemanha e da França para pressionar o Japão. A dominação japonesa na Península, além de tomar uma região estratégica, ameaçava a integridade territorial chinesa. Então, em 1896, a China aceita aliar-se à Rússia: os chineses permitiram a construção da ferrovia passando pela Manchúria em troca de proteção, acordando esses termos com duração de quinze anos. A China, pouco tempo depois, garantiu à Rússia por vinte e cinco anos a concessão da Península de Liaotung, preocupando os japoneses, que buscaram de diversas formas reverter a situação de maneira diplomática, oferecendo acordos, que foram recusados pelos russos (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.28).

O início do século XX: A Queda Do Império e a Chegada Da Revolução

Inicia-se um novo momento na política externa europeia, são os primeiros sinais de que as políticas expansionistas imperialistas estão surtindo efeito, especialmente após a consolidação de novos Impérios e a queda de Impérios antigos (entre eles, o Império Russo). A política externa russa, até então, foi constituída na intenção afirmar o Império Russo como potência em meio às potências europeias, em um contexto interno econômico completamente defasado em relação aos outros países. O principal problema para a Rússia foi acompanhar o resto do mundo: enquanto os russos ainda viviam numa estrutura feudal arcaica, o capitalismo avançava rapidamente. Tornava-se impossível conciliar o desejo do Imperador russo de tornar-se uma potência com a sua estrutura interna defasada, era preciso estar no mesmo ritmo das outras potências para alcançar tal status.

Já no início do século XX era notável o descontentamento interno na Rússia. Após a saída do Conde Witte, em seu lugar entrou V.K. Plehve, que sugeria uma política mais agressiva, usada justamente na guerra que viria a seguir visando acalmar os ânimos internos. Em 1904, o Japão ataca de surpresa o Porto Arthur, dando início à Guerra Sino-Russa. Apesar de confiante, o Império Russo demonstrou-se despreparado para o conflito, aumentando o descontentamento interno devido à vergonhosa derrota que sofreu. Em 1905, mediado por Roosevelt, Rússia e Japão chegaram a um acordo, claramente favorável ao Japão, e que teve respaldo em uma convenção assinada entre os países dois anos depois, envolvendo os interesses dos países na Manchúria, Coréia e Mongólia. O tsar já estava fragilizado politicamente e recusava-se a atender as demandas do movimento revolucionário, que ganhava cada vez mais força no início do século. Apesar de fazer algumas concessões, como o Manifesto de Outubro, o caos já se instaurava no território russo, e em 1905, houve uma tentativa de derubada do tsar, que falhou.

Em 1906, foram lançadas as Leis Fundamentais, garantindo a execução das promessas feitas no Manifesto de Outubro. Basicamente, o governo continuava autocrata, mas com uma configuração parlamentar diferente, que dividia-se em Conselho do Estado (representantes da Igreja e da Nobreza, além de personalidades indicadas por compadrio) e Duma de Estado (representantes eleitos, claramente com um processo de eleição favorável à dominância dos conservadores a favor do tsar). Apesar da concessão, quem nomeava os ministros e poderia declarar guerra ou paz, ainda era a Coroa. Por mais que o tsar tentasse evitar a qualquer custo que a predominância de cargos no Parlamento fosse dos opositores, essa ideia tornava-se cada vez mais distante da realidade, e na eleição a oposição garantiu a maioria das cadeiras. O cenário era de caos e confronto o tempo todo, até que em julho de 1906, Nicolau II decidiu dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. (PIPES, 2008, p.63) O plano do tsar fracassou, e a Duma seguinte era ainda mais radical. Pouco tempo depois, já em 1907, Nicolau II dissolve novamente o Parlamento, chegando à Terceira Duma, a única que cumpriu os cinco anos de mandato.

Piotr Stolípin foi um elemento importante no Império Russo, através de suas ações no governo (de governador de província a ministro das relações exteriores) conseguiu assegurar um crescimento econômico na Rússia e evitar por um bom tempo que a Revolução eclodisse, especialmente através de suas ações na Duma. Pouco antes de sua morte em 1911, entrou em desacordo com o tsar e deu fim a um período de relativa estabilidade. A inabilidade para o governo de Nicolau II somada à crescente insatisfação interna e ao contexto político externo foram suficientes para que a Revolução Russa se aproximasse.

Fragilizado por não conseguir acompanhar o restante do continente europeu, o Império Russo estava muito aquém das potências europeias, principalmente no que refere-se a desenvolvimento, economia e tecnologia. Enquanto a indústria avançava tecnologicamente mundo afora, os russos ainda estavam vivendo em um mundo feudal com indústrias defasadas, sua economia caminhava a passos lentos e, com isso, tornava-se cada vez mais tentador aos países que tentavam expandir-se invadir o território russo. Além disso, a enorme extensão do Império Russo trazia muitas dificuldades, especialmente com os povos não russos que haviam sido colonizados. Apesar de conceder certa liberdade a esses povos, políticas de imposição de costumes russos e religião ortodoxa ainda eram incentivadas pelo tsar, demonstrando a dificuldade de adaptação do Império Russo à modernidade. (BRITES, 2012, p.22) Tornava-se cada vez mais difícil manter a ordem interna, visto que:

[...] após 1881, quando o governo adotou um conjunto de políticas mais estridentemente antinacionais e anti-semitas que ameaçavam uma homogeneização cultural forçada, etnias como a dos armênios, que tinham sido russófilas, tornaram-se hostis ao regime czarista. (SUNY, 1998, p.38)

O cenário nos Balcãs parecia estável quando a Rússia iniciou sua campanha na Ásia, e apesar das tensões da Rússia com a Áustria-Hungria, os governos buscavam negociar um acordo, que foi minado pelas tensões com os eslavos na região austríaca e pela anexação da Bósnia-Herzegovina pelo Império Austro-Húngaro. Essas ações, seguidas de várias outras

no sentido de impor a Áustria-Hungria como potência na região, despertariam um conflito nos Balcãs e, posteriormente, a Primeira Grande Guerra. A Rússia envolveu-se na Guerra, apesar das dificuldades internas que enfrentava. No entanto, a atitude russa acusa um grave erro de cálculo estratégico:

Pesquisas nos arquivos russos após o colapso da União Soviética revelam que a diplomacia e estratégia militar russa contribuiu mais ativamente para a eclosão da Primeira Guerra Mundial do que até então havia sido reconhecido pelos estudiosos. Sob a orientação de Sergei Sazonov, ministro das relações exteriores da Rússia (apoiado pelo tsar Nicolau II), a Rússia antecipou o colapso do Império Otomano e deliberadamente arriscou a guerra com a Alemanha, a fim de incorporar Constantinopla e os estreitos de Dardanelos e Bósforo ao Império Russo. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.29, tradução minha)

A situação do tsar complicava-se, especialmente com o envolvimento russo na Primeira Grande Guerra, que evidenciou o atraso do país em relação aos outros países envolvidos no conflito. O Império Russo, com a maioria da população camponesa e com uma estrutura defasada nos moldes feudais, não possuía o mesmo nível militar em termos de treinamento e equipamento comparado aos outros países, apesar de ter conseguido atingir um crescimento econômico e populacional razoável na transição do século XIX para o século XX. Além do número de mortes elevadas pelos motivos anteriormente citados, morria-se também de fome, demonstrando o despreparo interno para lidar com a guerra. A Rússia também acumulava uma dívida externa enorme, e cada vez mais insatisfeitos, os russos pediam a retirada de seu país da guerra, pressionando o tsar e fortalecendo movimentos de oposição que surgiam ao longo do tempo.

Agravando as circunstâncias, conflitos ocorriam em diversas localidades: disputa com a Inglaterra por regiões estratégicas do Império Otomano e da Ásia Central, além de disputas no extremo oriente do Japão que resultaram na perda de territórios, aprofundando a crise. A ascensão do Imperialismo fez com que o território russo fosse visto com outros olhos, por suas riquezas e grande extensão; a fragilidade política e econômica aumentavam a tentação de invadir e anexar partes do Império Russo, visto que, dadas as condições daquele período, era um alvo fácil. Além disso, a campanha russa na Primeira Grande Guerra evidenciou a fragilidade do Império frente às circunstâncias que enfrentava.

As condições internas e externas para a Revolução estavam nítidas para os opositores do tsarismo: não era possível esperar mais para que outras oportunidades surgissem. Em fevereiro de 1917, a primeira tentativa que respaldou profundamente no destino da Rússia aconteceu, e assim, foi instaurado um governo provisório, que foi derrubado pelos bolcheviques em outubro do mesmo ano. A partir de então, o mundo observava a queda de mais um Império, com a ressalva de que estava transformando-se em algo inédito. Devido à situação russa, era difícil prever qual seria o destino para a própria Rússia e para as Relações Internacionais.

A Revolução Russa, a guerra civil e o estabelecimento da União Soviética

Dadas as condições, a Revolução eclodiu em 1917, acabando de vez com o tsarismo na Rússia. Não caberá a este artigo definir as diretrizes internas mais profundas do governo soviético, a fim de focar com maior precisão no posicionamento externo da União Soviética. Após disputas de poder internas acontecerem, os bolcheviques chegaram ao poder em outubro com a liderança de Lênin. Os objetivos centrais iniciais eram: divisão de terra aos camponeses, obtenção da paz e todo o poder aos soviets. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI; 2014, p.39) O elemento que chama a atenção é o da busca pela paz, que guiaria a política externa da União Soviética e, posteriormente, desenvolvida diplomaticamente como a orientação de política externa da coexistência pacífica, em que sistemas de Estados diferentes poderiam conviver em um Sistema Internacional. (BRITES, 2012, p.9) A Rússia perdia recursos, população e corria o risco de perder territórios com a Guerra, não havia condições de continuar um conflito com a desordem interna deixada de herança pelo tsar.

Ainda em 1917, foi lançado o Decreto para a Paz, que dizia ser “...necessária a constituição de uma ‘paz imediata, sem anexações e sem contribuições.’” (LENIN, 2004, vol. II, p.396 *apud* BRITES, 2012, p.23) Visto que uma das condições para que a Revolução Russa acontecesse foi o descontentamento com a participação russa na Primeira Grande Guerra, era essencial que o governo priorizasse a busca pela paz e a saída definitiva da Rússia do conflito para conseguir dar continuidade aos planos revolucionários. Inicialmente, a política internacional revolucionária russa foi em um sentido de divulgação dos ideais que estavam sendo proliferados internamente, para que as condições se tornassem favoráveis a uma expansão da revolução a nível mundial, sendo os proletários do mundo o principal foco a ser influenciado. O Decreto para a Paz foi enviado ao Ocidente, para os países envolvidos na guerra, sob a expectativa de obter algum respaldo, no entanto, não houve resposta.

Em dezembro de 1917 foram iniciadas as negociações para a paz e a saída da Rússia do conflito, e em março de 1918 foi assinado o Tratado de Brest-Litovski entre o governo bolchevique, o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, a Bulgária e o Império Otomano. Apesar da guerra ter tornado-se impopular entre os russos devido às enormes perdas humanas, o tratado não foi tão bem visto como se esperava: a Rússia abria mão da Finlândia, dos Países Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), da Polônia, Bielorrússia, Ucrânia, dos distritos turcos de Ardahan e Kars, e do distrito georgiano de Batumi. Os territórios contemplavam um terço da população russa, um terço da terra agricultável, metade da indústria e a maior parte das minas de carvão. Antes do fim da Guerra, ficaram sob tutela de reis e duques como parte do Império Alemão, mas com o fim da Guerra em 1918 a Finlândia, a Lituânia, a Letônia, a Estônia e a Polônia tornaram-se independentes, mas a Ucrânia e a Bielorrússia acabaram envolvendo-se na Guerra Civil Russa e foram incorporadas à União Soviética.

Após o decorrer dos fatos durante a saída da Rússia do conflito, deu-se início ao pensamento do “socialismo em um único país”, em que acreditava-se ser possível construir o Socialismo mesmo sem a ajuda do proletariado europeu. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.49) O episódio mostrou o quão instável ainda era o regime que acabava de ser instaurado e o quão mutável poderia ser. Agravando a situação, a Guerra

Civil Russa estava se iniciando, levando a possibilidade de estabilidade para longe do alcance do governo soviético. Ademais, as atitudes bolcheviques teriam desagradado as partes envolvidas na Primeira Grande Guerra, levando os países vencedores a sentirem-se ameaçados, fazendo com que se envolvessem diretamente na Guerra Civil Russa ao lado do Exército Branco (contrarrevolucionários) contra o Exército Vermelho (revolucionários).

Enquanto o embate interno estava se iniciando, na Alemanha o líder comunista de uma tentativa de revolução proletária foi assassinado, aumentando ainda mais as animosidades. Em 1920, após a Polônia invadir a Ucrânia em busca de territórios, a Rússia iniciou um conflito contra os poloneses. Apesar de inicialmente avançar e conseguir vitórias, os russos perderam, resultando no Tratado de Riga em 1921, cedendo parte da Bielorrússia e Ucrânia à Polônia. Apesar de todas as probabilidades apontarem o contrário, os bolcheviques conseguiram manter-se no poder e vencer a Guerra Civil ao final de 1921. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.50) Isso não quis dizer, no entanto, que o saldo teria sido positivo: ainda havia fome, o país estava devastado em decorrência do conflito civil, a economia prejudicada e crescia o isolamento soviético no Sistema Internacional.

Em dezembro de 1922, foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O maior desafio era conseguir fazer com que a União Soviética voltasse a crescer, dizimando os problemas sem afetar a estrutura política interna construída pelos bolcheviques. Como conciliar as ideias da Internacional Comunista ligadas a Lênin com o mundo capitalista que cercava a realidade russa? A ideia inicial do líder bolchevique era implementar a Nova Política Econômica, um plano de ações que teria sido mais voltada para dentro do país a fim de estabilizar a situação caótica em que a Rússia se encontrava. Apesar de funcionar inicialmente, a NEP entraria em colapso pouco tempo depois, agravada pela morte de Lenin em 1924. Então, houve uma disputa pelo poder entre Trotski e Stalin, resultando na vitória do último e no assassinato do primeiro anos depois.

Conclusão

A política externa tsarista, assim como muitos países que buscavam manter ou adquirir status de potência, teve características expansionistas, com seus pontos altos e baixos. No entanto, pode-se encaixar como uma experiência peculiar devido a seu contexto interno, e a sua derrocada pode ser associada diretamente ao contexto externo, especialmente após a eclosão da Primeira Grande Guerra.

A Revolução Russa trouxe mudanças internas radicais, e na política externa não poderia ser diferente. O Tratado de Brest-Litovsk foi um marco para a consolidação do novo regime, ao acabar com a participação russa no conflito, garantiu maior legitimidade aos bolcheviques, mesmo que, em seguida, tenha eclodido uma guerra civil no território russo. A inusitada situação em que a Rússia se encontrava preocupou o resto do mundo que disputava um protagonismo no Sistema Internacional, fazendo com que interferissem diretamente no conflito interno do país.

Após a consolidação inicial da União Soviética, nota-se que as preocupações com o desenvolvimento soviético estavam fortemente associadas ao contexto externo. Afetada pela fome, destruída pelas guerras que enfrentara e isolada politicamente, a URSS buscou conservar seus ideais: a princípio tentou levá-los a todo o proletariado europeu, e ao não obter o respaldo desejado, voltou-se para o cenário interno.

Portanto, a estratégia da política externa russa sofreu um rompimento com a Revolução Russa: enquanto no Império (por mais que houvesse algum momento voltado a uma política pan-eslavista) procurava um status equivalente ao das potências europeias, com a transição para a União Soviética, a ideia passa a ser de conseguir construir uma nova ordem mundial que contemple as ideias revolucionárias, bem diferentes do Sistema Internacional então vigente. Consequentemente, a mudança que ocorreu no cenário político interno não pode ser ignorada, tendo em vista que foi de suma importância para a inserção russa no cenário internacional em suas diferentes épocas.

Referências Bibliográficas

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L.; NADKARNI, Vidya. **The foreign policy of Russia: changing systems, enduring interests**. New York: Taylor and Francis, 2014.

BRITES, Alessandra Scangarelli. **A política externa soviética e seus impactos nas relações internacionais (1917 - 1985)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

SUNY, Ronald Grigor. **Ascensão e queda da União Soviética: o Império de nações**. Lua Nova, São Paulo, n. 75, p. 77-98, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000300005&lng=%20n&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2017.

SUNY, Ronald Grigor. **A Revolução de Outubro e o problema das nacionalidades**. Estud. av., São Paulo, v. 12, n. 32, p. 37-56, abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2017.

ARENDT, Hannah. “A emancipação política da burguesia”, em **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIPES, Richard. **História concisa da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.